

A situação é grave! A solução é **GREVE!**

Paralisação terá ato em frente ao TRF-3, ao meio-dia, com sala virtual para garantir participação de colegas lotados fora da capital.

Motivos não faltam para os servidores federais cruzarem os braços e exigirem respeito. No caso do Judiciário Federal, quem faz a justiça acontecer vê os salários minguando enquanto os tribunais determinam um retorno presencial precipitado em meio à quarta onda da pandemia da covid-19 e promovem “reformas” administrativas para atender à lógica de “fazer mais com menos”. É fundamental a participação de cada um e cada uma na paralisação de 24 horas convocada pela Fenajufe (a federação nacional da categoria) neste dia 15 de junho.

Três anos sem reajuste

Desde o início do governo Bolsonaro nenhum servidor civil teve reposição de perdas salariais. A inflação de janeiro de 2019 a dezembro de 2021 bateu 19,99% e até agora não há perspectiva de recomposição.

Fux corre atrás de reajuste só para juízes

Desde janeiro, o presidente do STF, Luiz Fux, descumpre o compromisso de pautar a recomposição salarial, mas agora atua para aprovar só para juízes e procuradores os quinquênios (PEC 63/2013), um aumento de até 35% acima do teto. O TCU e o Legislativo já avançaram em propostas para aquelas categorias. O PJU segue inerte junto com o Executivo.

Exigimos abertura imediata de negociação para elaborar projeto de lei de recomposição salarial (o PCS).

Revogar a Resolução 514 e as compensações

Na Justiça Federal da Terceira Região, a ges-

tão Marisa Santos ataca o teletrabalho e mantém as compensações indevidas de horas impostas durante a presidência de Mairan Maia.

O retorno presencial já resulta em dezenas de novos casos de covid-19, e faltam até banheiros no Tribunal (em reforma há dois anos).

Reestruturações nocivas

No TRT-2 foi reduzido o quadro padrão das varas e o ex-corregedor e atual ministro do TST, Sérgio Pinto Martins, propôs terceirizar a secretaria de audiências. E no TRE, além da reestruturação sem diálogo com a categoria, servidores estão expostos à polarização política do país e ataques do bolsonarismo.

SEM LUTA, O 0% É CERTO!

Bolsonaro insiste em tentar dar reajuste só para aqueles que considera sua base eleitoral (as carreiras policiais). Na semana passada, anunciou que os supostos 5% não serão conferidos a

todas as categorias e, talvez, haja “reajuste” no vale-alimentação. Como temos alertado, sem greve os salários vão continuar congelados. É hora de reagir!

15 DE junho

GREVE
NO JUDICIÁRIO
FEDERAL

MOBILIZAR PARA
NÃO FICAR NO 0%!

REPOSIÇÃO
EMERGENCIAL
PARA TODAS E TODOS
19,99% já!

Greve de 24 horas

Todas e todos ao ato em frente ao TRF

Manifestação híbrida, ao meio-dia, permite que servidores lotados na capital estejam presencialmente e colegas de outras cidades participem por meio da sala virtual.

Crédito: Kit Gaion



Além da paralisação com colegas do Judiciário Federal e do MPU de outros estados, em São Paulo há a tarefa de derrotar os ataques das administrações regionais. Por isso, haverá um ato unificado a partir do meio-dia, em formato híbrido, em frente ao TRF (Avenida Paulista, 1682). A diretoria do Sindicato destaca a importância da participação presencial, e vai garantir segurança sanitária e reembolso de transporte coletivo individual ou fretamento para grupos acima de cinco pessoas.

O ato vai cobrar a revogação da Resolução PRES TRF-3 514/2022 e o fim das compensações de horas impostas a servidores e servidoras que durante a pandemia não puderam realizar suas atividades presencialmente. Agora, a

Você já respondeu à pesquisa do Sintrajud?

O Sindicato está realizando a pesquisa 'Riscos psicossociais no trabalho'. O estudo é fundamental para avaliar como o dia-a-dia no Judiciário Federal tem mexido com a saúde de cada um e cada uma. Escaneie o QR Code ou acesse



bit.ly/pesquisa-sintrajud.

presidência do TRF quer descontar essas horas dos salários ou até mesmo penalizar famílias de colegas que morreram durante a pandemia. Uma verdadeira desumanidade.

Em reunião com o Sindicato no dia 5 de maio, a desembargadora Marisa Santos havia se comprometido a rever emergencialmente ao menos os casos de servidores que faleceram, mas não havia decisão formal até a publicação deste boletim e as chefias já estão sendo chamadas a lançar as "horas devidas" nos prontuários.

Aos colegas que estiveram à disposição da administração durante toda a pandemia, inclusive em muitos casos comparecendo ao Tribunal quando convocados, essa compensação vai adiar aposentadorias por até cinco anos ou reduzir salários.

O Sindicato protocolou as reivindicações da categoria junto à presidência do TRF-3, vem dialogando com desembargadores, que também questionam as medidas, e cobra respostas.

Categoria quer ser ouvida sobre reestruturações no TRT-2 e TRE

A greve do dia 15 também vai cobrar respeito das administrações do TRT-2 e do TRE, onde estão sendo feitas reestruturações administrativas que seguem a linha da PEC 32 (que a mobilização derrotou em 2021).

No TRT-2 centenas de servidores perderam FCs, sem aviso prévio, antes da redução do quadro padrão de pessoal das varas, sobre o qual também não houve diálogo nem com a categoria nem com o Comitê de Priorização do Primeiro Grau.

As administrações judiciárias têm se submetido ao Executivo a tal ponto que o ex-presidente do TST Ives Gandra Jr propôs arquivar projeto de lei de criação de cargos "para ajudar no ajuste fiscal".

No TRE, a devolução de servidores requisitados aos órgãos de origem esvazia um quadro de pessoal já há muito insuficiente. E as mudanças administrativas vêm gerando maior sobrecarga de trabalho, num ano eleitoral em que servidores e servidoras estão com a própria segurança em risco diante da polarização política no país.



Material oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

SINTRAJUD - Atendimento: (11) 3222-5833 | (11) 98933-6276 | (11) 99128-5217 | sintrajud@sintrajud.org.br